



23 - 25 SET 2024

BIBLIOTECA
PALÁCIO GALVEIAS

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL “A NOVA LISBOA MEDIEVAL”:

FAZER E VIVER A CIDADE



Este evento científico foi financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais - financiamento UIDB/00748/2020 (EOL: 10.55696/UIDB/00748/2020)

LIVRO DO COLÓQUIO

23 DE SETEMBRO

14h30 – Conferência inaugural

MELO, Arnaldo Sousa (Lab2PT / InPAST - Univ. Minho) – *A regulamentação dos mesteres em Lisboa nos séculos XIV a XVI: os homens dos ofícios entre as autoridades régia e concelhia.*

Resumo: Pretende-se analisar as formas de regulamentação das atividades mesterais em Lisboa entre o século XIV e inícios do XVI, numa perspetiva integrada e holística.

Essa regulamentação provinha de diversas autoridades ou poderes, em particular do concelhio e/ou do régio, assumindo distintas formas e incidindo sob diversos aspetos, incluindo documentais, e que conhece uma evolução e mutação acentuada ao longo deste período. E de modo distinto para os diferentes setores dos mesteres. As formas de fiscalização, igualmente variadas, serão também objeto de análise. Simultaneamente a participação dos mesterais neste processo regista idêntica variedade, podendo relacionar-se com distintas formas de associação dos mesterais, ou sua inexistência. A maior parte dos estudos têm-se centrado, ou na regulamentação de origem municipal, com ou sem interferência régia; ou, pelo contrário, no estudo de setores específicos ligados exclusivamente ao poder régio. Neste trabalho pretende-se ultrapassar essa análise setorial e procurar uma visão integrada dessa diversidade de regulamentações, régia ou concelhia, desenvolvendo uma apreciação comparativa, procurando diferenças, semelhanças e ainda interdependências entre elas, numa perspetiva diacrónica.

Nota biográfica: Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1990, concluiu o Mestrado em História Medieval na mesma universidade em 1996. Em 2009, obteve o Doutoramento em História, pela Universidade do Minho e pela École de Hautes Études en Sciences Sociales, com a tese *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*.

Actualmente é Professor Associado com Agregação do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. É investigador do Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território), financiado pela FCT, da Universidade do Minho, e do IN2PAST, bem como investigador associado do LAMOP da Université de Paris 1 Panthéon Sorbonne. As suas áreas de interesse científico e de investigação são a sociedade, economia, poderes e organização do espaço na cidade medieval, bem como os temas de organização dos mercados, história da construção e, também, dos mesteres e mesterais, tema sobre o qual incide o projeto, financiado pelo FCT: *MedCrafts – Crafts and regulation in Portugal in the Late Middle Ages (14th-15th centuries)*, no qual é investigador principal.

15h – Sessão 1 – Viver

CATARINO, Manuela (IEM – NOVA FCSH) – *Fazer Viver a Cidade: transporte e produção alimentar na periferia ribeirinha do Baixo Tejo, nos séculos XIV e XV.*

Resumo: A cidade não é autossuficiente. Cada dia, precisa reabastecer-se em produtos frescos e dos que necessitam conservação para posterior consumo. Cidadinos trabalhando fora de portas e aldeãos contribuem com o seu labor para esse sustento bem como para o suporte financeiro dos detentores das propriedades rurais. Pelas vias de circulação – terrestre e fluvial – organiza-se o carreamento de bens alimentares à cidade. É imperativo fazer viver a urbe, garantindo o ritmo sazonal, pelo menos, em tempos de paz.

Nota biográfica: Maria Manuela S. C. Catarino (1957) – Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1980); Mestre em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1998). Colaboradora do Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professora do Ensino Secundário em Torres Vedras, lecionou a disciplina de História entre 1975 e 2021. Tem diversos estudos publicados, no âmbito da História Medieval e da História Local torriense, dos quais se mencionam: *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares (Séculos XIV e XV)*. Cascais, Patrimonia, 2000; *São Pedro da Cadeira História, Memórias e Património*. Torres Vedras, Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, 2021.

IVO, Nuno (IEM – NOVA FCSH) - *Mar, Tejo e Ribeira no Livro dos pregos.*

Resumo: Através de análise lexical, procura-se perceber de que modo são feitas referências à trilogia Mar, Tejo e Ribeira, no *Livro dos Pregos*. O objectivo é analisar os processos de constituição da criação de sentidos de cada uma destas palavras na longa duração medieval, explicitada no códice à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa e publicado em 2016.

Neste estudo, o *corpus* documental – constituído por “cartas e aluaraaes priuilegios e mercees e capitollos outorgados em cortes E das sustancias em cada hũas escriptas que per os Reis de antigo tempo atee hora a esta Cidade teem factas e outorgadas” - é abordado sobretudo como artefacto literário e não como fonte historiográfica, no sentido mais estrito, da cidade de Lisboa medieval e da sua ordenação social, económica, militar, jurídica, etc.

Após o levantamento de cada uma das referidas incidências lexicais, estas são contextualizadas internamente no documento onde surgem. Isto é feito sob o ponto de vista da capacidade de agenciamento criador, poético, de cada uma das três palavras, dentro desse texto concreto e deixando de lado, em certa medida, o seu carácter regulador.

Além do enquadramento temático, dos produtores, e destinatários dos diplomas, o propósito é sobretudo o da identificação de outros conceitos-diretores e categorias com que aquelas palavras se articulam, suscitando confrontações, associações, e apropriações culturais.

O modo como o sentido destas palavras se constituiu - a partir da amostragem medieval presente no *Livro dos Pregos*, com eventuais incursões ao *Livro das Posturas Antigas*, se tal

se verificar praticável - deverá contribuir para perceber melhor as interpretações culturais do espaço e dos modos como Mar, Tejo e Ribeira se transformaram e organizaram.

Nota biográfica: O autor é formado em Engenharia e Arquitectura Naval pelo Instituto Superior Técnicos e em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, instituição onde é também mestrando de História Medieval e onde se encontra integrado no Instituto de Estudos Medievais (IEM). Além de Jornalista, é actualmente professor contratado do Ensino Secundário. Publicou, entre outros, (1) «The circulation of the corregedores in late medieval Portugal: a first approach» in Costa, Adelaide Millán; Fareló, Mário; Silva, Gonçalo Melo e, eds. *Meet the judge: Justice and communities in Portuguese and Castilian Empires*, Palermo, Officina di Studi Medievali, 2023: terceiro co-autor com Carlos Serejo e Mário Fareló, (2) «Amerika, Amerika», in *Lisboa nas Narrativas, Olhares do Exterior Sobre a Cidade Antiga e Contemporânea*, Lisboa, Editora FCSH/NOVA, Dezembro de 2012, pp. 68-84; (3) *Nuvem de Chumbo – O Processo Casa Pia na Imprensa*, com Oscar Mascarenhas, Editora Dom Quixote (Grupo Leya), Lisboa, 2003.

VIEIRA, Adriana (IEM – NOVA FCSH) – *Animais na Lisboa dos séculos XIII e XIV a partir do estudo da coleção faunística das escavações dos Terraços do Carmo.*

Resumo: O presente estudo resulta da análise faunística de materiais vertebrados recuperados no sítio arqueológico dos Terraços do Carmo, em Lisboa, situado no tardo do Convento do Carmo, pelo Centro de Arqueologia de Lisboa e pela empresa Neóepica. Os restos exumados datam entre os séculos XIII e XIV.

O principal objetivo deste trabalho é a caracterização das práticas alimentares de produtos de origem animal pelas comunidades de Lisboa nesta cronologia, com foco na classificação e abundância (quantificação) dos vários táxones presentes. Para lá disso fez-se a estimativa das idades, observaram-se as modificações ósseas e as patologias, e obtiveram-se osteodontometrias.

Nesta coleção, as espécies domésticas são as mais abundantes, com destaque dos caprinos (mais ovelhas, menos cabras) e bovinos, embora haja também restos de suínos (variedade doméstica). As espécies selvagens são menos expressivas na amostra, com poucos restos de raposa e de golfinho. Surge apenas um resto de haste de cervídeo, que não se pode correlacionar com propósito alimentar. A respeito de outras espécies, não necessariamente relacionadas com a alimentação, surge o cão, o gato, os equídeos e o coelho. No respeitante às aves, estas são pouco significativas, sendo predominantemente restos de galinhas/galos.

Quanto à estimativa de idades, aferiu-se que maioritariamente, os restos de mamíferos analisados seriam de animais subadultos e adultos, enquanto que para as aves, seriam maturos. Relativamente às modificações ósseas, foram observadas marcas de corte em cutelo e em estria; fraturas em cutelo, espiral e serrilhado; marcas de roídas/dentadas; e ainda termo-alterações, embora em menor expressão.

Nota biográfica: Licenciada em Património Cultural e Arqueologia pela Universidade do Algarve, com especialização em Arqueologia. Em 2022 obteve uma bolsa do IEM de Iniciação à Investigação. Actualmente encontra-se a terminar o mestrado em Arqueologia na Universidade NOVA de Lisboa com a dissertação “Recursos Animais na Lisboa Medieval. A coleção faunística de vertebrados dos Terraços do Carmo (séculos XIII e XIV)”, com a orientação da professora doutora Catarina Tente (IEM/FCSH-UNL) e com a coorientação da

professora doutora Maria João Valente (CEAACP/UAlg-FCHS). Desde 2018 que participa em escavações arqueológicas que focaram em distintos períodos cronológicos.

17h00 – Sessão 2 - Memórias e representações

LOPES, Paulo Catarino (IEM – NOVA FCSH) - *Percepções da Lisboa tardo-medieval por viajantes estrangeiros.*

Resumo: O procedimento narrativo mais importante no texto de viagens medieval, aquilo que cria a sua verdadeira ordem discursiva, é o espaço, não o tempo. Intimamente associada ao itinerário, a ordem espacial materializa-se nos lugares que se percorrem e se descrevem. Neste ponto deparamo-nos com um dado essencial: na prossecução do trajecto nem tudo assume a mesma importância para o viajante, que é forçado a eleger e seleccionar os marcos fundamentais do itinerário: as cidades.

Partindo deste quadro teórico, pretendemos estabelecer um olhar comparativo mediante o cruzamento de um conjunto de documentos, procurando obter resposta para quatro interrogações que consideramos nucleares: o que é que os viajantes estrangeiros privilegiam no seu olhar sobre Lisboa e porquê? Em que pontos se tocam e se afastam (é possível estabelecer relações temáticas ou mesmo padrões entre os diferentes olhares presentes nos testemunhos escritos)? Em que medida o equipamento cultural e religioso dos viajantes em exame determina os olhares e as expressões escritas que desenvolveram sobre a cidade cabeça de reino de Portugal? Qual a funcionalidade, enfim, do mundo urbano nos relatos em causa?

Mais do que pela quantidade de informação fornecida, as fontes em análise são seleccionadas com base na riqueza ao nível do conteúdo informativo fornecido relativamente à cidade de Lisboa, por exemplo, em termos antropológicos, etnográficos e arquitectónicos.

Naturalmente, cada relato tem o seu contexto de produção próprio. No entanto, apesar das variantes, dois aspectos os unem: por um lado, a feição didáctica e, por outro, o facto de a cidade impor-se como sinónimo de cruzamento de culturas e tradições, obrigando a reduzir o passo e a apurar os sentidos.

Nota biográfica: Paulo Catarino Lopes é Investigador Integrado do *Instituto de Estudos Medievais (IEM)* e Investigador Associado do *CHAM – Centro de Humanidades*, ambas Unidades de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), instituição na qual obteve os graus de Mestre e Doutor em História após licenciarse no mesmo domínio científico pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

Tendo como domínio de especialização a História Medieval, os seus interesses de investigação incidem sobre os seguintes temas: Viagem, Circulação e Mobilidade; Diplomacia e Relações Internacionais; Representações de Identidade e Alteridade.

Actualmente desempenha as funções de investigador doutorado contratado na NOVA FCSH, desenvolvendo nesta qualidade um projecto intitulado «Portugal e os estrangeiros na Baixa Idade Média (1385-1521). Representações de identidade e alteridade na produção escrita evocativa de relações diplomáticas (actividade de agentes e delegações) e da prática da viagem». Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a

Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015 (DOI 10.54499/DL57/2016/CP1453/CT0015) e do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais – financiamento UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020).

DIAS, Eurico José Gomes (ISCP SI - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna / ICPOL) - *As continuidades medievais da Lisboa seiscentista nos primórdios da imprensa periódica portuguesa [1641-1667].*

Resumo: A expressão macrocéfala de Lisboa enquanto capital do reino consolidou-se a partir do reinado de D. Fernando, o *Formoso*, o qual interveio profundamente no panorama securitário e urbano da cidade. Nesse sentido, com a centralização progressiva do Estado sedeadada na urbe lisboeta, igualmente reforçada com os grandes movimentos e intercâmbios da Expansão e dos Descobrimentos, a capital manteria a intrincada fragmentação urbana dos arruamentos e constructos medievais durante largos séculos, os quais se prolongaram, *máxime*, até ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. Contudo, nos tempos ainda pouco conhecidos e historiograficamente revistos da Restauração [1640-1688], a capital portuguesa foi um baluarte da luta e resistência pela independência e soberania nacionais, mantendo-se grande parte das suas características medievais, algo sobejamente expresso nas fontes periódicas primordiais, nomeadamente a *Gazeta da Restauração* [1641-1647/8] e o *Mercúrio Português* [1663-1667], onde tais características viventes do bulício lisboeta foram amplamente expressas.

Nota biográfica: Bacharel e Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração [Santarém]. Pós-Graduado em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado e Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde defendeu o Doutoramento, o Pós-Doutoramento e as Provas de Agregação em História. Foi Bolseiro de Doutoramento e Pós-Doutoramento apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Investigador colaborador no CEPES (Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade – Porto), no CHSC (Centro de História da Sociedade e Cultura/FLUC), no CIDIUM-IUM (Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar), no HTC – História, Territórios e Comunidades [NOVA FCSH/FCT-UC] e no CEG-UAb – Centro de Estudos Globais [Universidade Aberta].

Auditor do Curso de Política Externa Nacional 2005/2006 [Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros] e Auditor do Curso de Defesa Nacional 2009/2010 [Instituto da Defesa Nacional/Ministério da Defesa].

FARIA, Diogo (CITCEM – FLUP) - *Lisboa e a diplomacia dos reis de Portugal: o recrutamento dos agentes e o financiamento das missões.*

Resumo: O papel de Lisboa na diplomacia final da Idade Média é multifacetado. A urbe foi palco de diversos acontecimentos relevantes, como a receção de embaixadas estrangeiras e a celebração de alianças matrimoniais – a título de exemplo, destacam-se as cerimónias que antecederam a partida da infanta D. Leonor para Itália, onde casou com o futuro imperador

Frederico III (1451-1452). Registam-se ainda momentos em que o concelho influenciou a Coroa a promover missões diplomáticas – como quando defendeu o envio de uma embaixada à Bretanha nas Cortes de 1439 – e outros em que a própria autarquia desenvolvia as suas próprias “relações internacionais” – por exemplo, com Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha.

Esta comunicação tem como propósito abordar dois aspetos específicos da interação entre a monarquia portuguesa e a cidade de Lisboa relacionadas com a diplomacia: a seleção dos agentes que participavam em missões no estrangeiro e o financiamento das embaixadas.

É sabido que diversas figuras que representaram os reis de Portugal perante outros poderes desenvolveram carreiras em que exerceram funções autárquicas em Lisboa. São os casos, entre outros, de Airas Peres de Camões, Fernão Gonçalves e Lourenço Anes Fogaça. Com base em catálogos prosopográficos de oficiais camarários lisboetas e de embaixadores dos monarcas portugueses, cruzar-se-á informação e tentar-se-á aferir se existe alguma relação entre o desempenho destes tipos de tarefas.

Por outro lado, partindo do pressuposto (demonstrado) de que a Coroa padecia de problemas quase crónicos de tesouraria que condicionavam a expedição de missões diplomáticas, procurar-se-á verificar qual era o papel desempenhado pela cidade de Lisboa no quadro dos vários mecanismos de financiamento das embaixadas já identificados. Isso implicará, por exemplo, a análise da documentação que demonstra que o concelho participou no financiamento da missão que negociou o tratado de Windsor em Inglaterra e de quitações que expõem contribuições locais para outras missões.

Nota biográfica: Diogo Faria é licenciado em História, mestre em História Medieval e do Renascimento e doutor em História pela Universidade do Porto. Desenvolveu uma tese sobre *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)* e dedica-se ao estudo da diplomacia e dos poderes em Portugal entre os séculos XIV e XVI. É investigador do CITCEM – Universidade do Porto.

24 DE SETEMBRO

9h30 – Sessão 2 (cont.) - Memórias e representações.

DIAS, Isabel Barros (UAb; IELT – NOVA FCSH) – *A construção da memória mítica de Lisboa em crónicas dos séc XIV e do XVI.*

Resumo: Percurso por um conjunto de testemunhos historiográficos, dos séculos XIV e XVI que referem o mito da fundação de Lisboa por Ulisses. O estudo considera um conjunto de variantes e procede à respetiva contextualização, tanto no quadro das características próprias dos relatos de fundação, como também no que se refere à respetiva pertinência política e identitária.

Nota biográfica: Professora, na Universidade Aberta, onde leciona desde 1989. É investigadora integrada no Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (FSH-NOVA), sendo coordenadora do respetivo Polo na UAb; é também investigadora associada no IEM.

Tem artigos publicados em diversas revistas de especialidade, publicações coletivas e atas, nacionais e estrangeiras, bem como dois livros sobre historiografia medieval ibérica (*Metamorfoses de Babel*, de 2003 e *La identidad de la historiografía* de 2013). A sua investigação situa-se no âmbito da Literatura Comparada e dos Estudos sobre o Imaginário, tendo como principais áreas de interesse a Literatura Medieval, a Literatura do séc. XVI, a Literatura Oral e Tradicional e a Edição Textual.

MOREIRA, Filipe Alves Moreira (UAb) – *Lisboa e os anais portugueses do século XV.*

Resumo: Apesar de normalmente associados aos séculos XII-XIV, os anais não só continuaram a ser escritos, em Portugal, nos séculos XV e XVI, como foram, até, mais numerosos então.

Após um enquadramento inicial sobre as características da produção analítica portuguesa do “longo século XV”, boa parte dela desconhecida, esta comunicação centrar-se-á nas entradas relativas à cidade de Lisboa nestes anais, ensaiando uma tipologia e propondo futuras vias de aprofundamento.

Nota biográfica: Filipe Alves Moreira é professor auxiliar na Universidade Aberta (Departamento de Humanidades) e investigador no Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Tem dedicado boa parte da sua investigação à historiografia e às relações entre Literatura e memória histórica na Península Ibérica dos séculos XIII a XVI. Entre as suas mais recentes publicações está uma coedição do *Livro de Linhagens do Deão*, na coleção *Portugaliae Monumenta Historica* (2022).

MACHADO, Sara (FLUP) – Lisboa e D. Nuno Álvares Pereira na Crónica de D. João I e a figura do cavaleiro cristão e da donzela/rainha nobre e em perigo: uma comparação com Amadis de Gaula, o Livro de Lancelote do Lago e Tristão e Isolda.

Resumo: A Lisboa da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, surge-nos altamente dignificada pela sua coragem e bravura na luta contra o inimigo castelhano a favor do Mestre de Avis, futuro D. João I, rei de Portugal. Porém, era uma Lisboa feita da luta dos populares e dos burgueses, uma vez que os nobres estavam organizados pelo partido de D. Beatriz e de D. João I de Castela, ou seja, o Partido Legitimista. Por outro lado, os nobres mais moderados estavam a favor do Partido Legitimista-Nacionalista, formado pelos filhos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, os infantes D. João e D. Dinis, que estavam, porém, exilados e encarcerados em Castela, o que enfraquecia o partido.

Por sua vez, D. Nuno Álvares Pereira era o ideal do cavaleiro andante medieval e cristão, e pode-se dizer que foi de verdade o nosso Amadis da Crónica. Ele socorreu praticamente todas as zonas em conflito, sempre fiel ao partido do Mestre de Avis, e o mesmo fez a Lisboa, a quem socorreu no Cerco de 1384, a par de João de Avis.

O amor de Nuno Álvares a Portugal, bem como a Lisboa era enorme, podendo mesmo ser comparado ao amor de Amadis de Gaula por Oriana. E Lisboa, não era nobre de nascimento, como o eram as cidades do Norte, onde residia grande parte da aristocracia nobiliárquica de origem mais antiga, embora já a corte, o rei e toda a fidalguia que os seguia já residisse há muito em Lisboa. Por sua vez, Oriana era filha de el-rei Lisuarte. Mas Lisboa não deixa de ser menos digna de ser amada por um cavaleiro andante cristão e com efeito foi-o.

Oriana está envolvida em múltiplos perigos que requerem a atenção e a valentia de Amadis, tal como Nuno Álvares precisa em especial de defender Lisboa, por ser a mais sujeita ao perigo, pois embora não tenha origens nobiliárquicas, é já à época a cidade predileta do rei e da sua corte, e com ela de maior parte da nobreza. Diziam os castelhanos que a tomando tomavam o reino inteiro. Isso lhe dava a importância de uma rainha e colocava-a a par da nobreza e importância de Oriana de Amadis ou mesmo mais, de Guinevere, amada do cavaleiro Lancelot, rainha do Graal, ou mesmo mais, Isolda, amada de Tristão. Exemplos não faltam para comparar esta ligação de vassalagem entre o cavaleiro e a amada, e neste caso a amada é a cidade de Lisboa, a pérola do reino de Portugal, que perdida punha em causa toda a independência do mesmo, daí o ser a mais amada e protegida, mas também pelo seu mérito e pela sua bravura, bem como das suas gentes, que sem recursos tudo conseguiam contra os castelhanos.

Nota biográfica: Sara Machado é licenciada em Estudos Portugueses pela Universidade do Minho. Encontra-se a realizar a dissertação do mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, intitulada “*Saudades de D. Ignez de Castro*, de Manuel de Azevedo (Lisboa, 1745): entre a tradição e a inovação”, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Encontra-se também a desenvolver investigação para a dissertação do mestrado em Estudos Medievais, cujo tema é “A Língua e o Estilo de Fernão Lopes: questionamento do estilo/autoria lopesianos da segunda parte da *Crónica de D. João I*”, também na FLUP, de que já tem uma publicação científica numa revista, a *Incipit 10*. Também publicou um capítulo de livro, intitulado “O conceito de máscara e de personalidade, criado por Jung, no filme *Sommarlek*, de Bergman, na poesia efrástica de José Miguel Silva e nas cantigas medievais de D. Dinis.”, que se encontra integrado no livro *Literatura em Companhia. Ensaios de literatura comparada*, da editora Húmus.

11h30 – Sessão 3 - Espaços sagrados.

FERNANDES, Paulo Almeida (IHA – NOVA FCSH; Museu de Lisboa) – *As três fases da sé românica de Lisboa.*

Resumo: A Sé é o único monumento românico que se conserva em Lisboa, apesar da grande dinâmica construtiva registada na cidade entre a segunda metade do século XII e as primeiras décadas da centúria seguinte. Não obstante este facto, o capítulo fundacional da catedral permanece por compreender, em particular a evolução de uma obra que demorou seguramente mais de meio século a ser realizada.

Para quem está no século XXI, a Sé de Lisboa é um monumento com ruturas radicais na sua história. O travestismo sofrido pelos restauros inventivos do século XX ou o sepultamento de memórias medievais nos aterros do terramoto de 1755 são apenas dois momentos na densa história deste monumento que advertem para a existência de problemas sem aparente resolução com os dados atualmente disponíveis.

Creio, todavia, ser possível isolar três fases construtivas associadas à implementação do programa românico, graças aos vestígios materiais ainda conservados, a alguma história da arte comparada e ao reduzido acervo fotográfico preservado nos arquivos da antiga Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nota biográfica: Paulo Almeida Fernandes (Lisboa, 1974) é doutorado em História da Arte pela Universidade de Coimbra, mestre em Arte, Património e Restauro e licenciado em História, variante de História da Arte, ambos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É membro integrado do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e colaborador do Instituto de Estudos Medievais e do Centro de Estudos em Arte, Arqueologia e Ciências do Património, da Universidade de Coimbra. É ainda membro do Comité Internacional de Especialistas do Caminho de Santiago (órgão consultivo da Xunta da Galiza). Desempenha atualmente funções de coordenação do serviço de Investigação e Inventário do Museu de Lisboa e é Professor Auxiliar Convidado de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SEIXAS, Miguel Metelo de (IEM – NOVA FCSH) – *A heráldica das elites lisboetas na sé de Lisboa.*

Resumo: Os séculos XIV e XV foram uma época de desenvolvimento económico crucial, apesar das crises profundas que ocorreram de forma intermitente. Este desenvolvimento foi acompanhado por uma estratificação social mais acentuada no seio dos concelhos, mais notória naqueles que conheceram um desenvolvimento ligado ao incremento do comércio marítimo, entre os quais o de Lisboa assumiu protagonismo. As oligarquias urbanas resultantes desta hierarquização social construíram também as suas próprias formas heráldicas de auto-representação, que enfatizavam a coerência do grupo, a sua capacidade de projeção, bem como a sua relação privilegiada com o poder régio. Com base no projecto de musealização do claustro da sé de Lisboa, actualmente em curso, a presente comunicação

pretende analisar os recursos heráldicos a que as oligarquias lisboetas recorreram para construir a sua identidade visual.

Nota biográfica: Miguel Metelo de Seixas, doutor em História, é desde 2011 investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, onde coordenou o grupo de investigação “Imagens, Textos e Representações”, tendo leccionado diversas disciplinas nesta mesma faculdade, entre as quais “Categorias Mentais: Práticas e Representações”. As suas investigações centram-se no uso das imagens como forma de auto-representação e de comunicação social e política, especialmente no âmbito da heráldica, que analisa numa perspectiva diacrónica desde a Idade Média até à Idade Contemporânea. Participou em numerosos projectos de pesquisa financiada e coordenou o projecto “In the Service of the Crown. The use of heraldry in royal political communication in Late Medieval Portugal”, parceria entre o IEM e a Universidade de Münster (Alemanha), financiado pela Volkswagen Foundation. Foi professor da Universidade Lusíada de Lisboa, onde coordenou o Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos e dirigiu a revista *Tabardo*; e professor convidado em diversas universidades brasileiras, francesas e italianas. Na área da heráldica e da história, conta com mais de uma centena de publicações entre livros próprios e coordenados, capítulos de livros, artigos, catálogos de exposições, recensões críticas, editadas em Portugal, Brasil, França, Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha, China e Itália, com destaque para os mais recentes livros: *Heraldry in Contact – Perspectives and Challenges of a Connective Image Form* (2023), *State-Rooms of Royal and Princely Palaces, 14th-16th centuries: Spaces, Images, Rituals* (2022), e *Devises, lettres, chiffres et couleurs : un code emblématique, 1350-1550* (2022). Entre 2010 e 2021, foi presidente do Instituto Português de Heráldica e director da revista *Armas e Troféus*.

GONÇALVES, Joana Lages (IEM – NOVA FCSH); LUÍS, Miguel Augusto (IEM – NOVA FCSH) – A conceção do espaço monástico no Mosteiro de São Vicente de Fora (1412-1441).

Resumo: A presente proposta de comunicação tem como objetivo uma reflexão sobre a conceção do espaço monástico da comunidade regrante de São Vicente de Fora, tendo como base documental o Livro de Notas de Afonso Guterres enquanto tabelião-jurado daquele Mosteiro, conservado no arquivo dessa canónica. Assim, pretendemos analisar a forma como os diferentes espaços conventuais se interligam com a produção documental corrente do Mosteiro, tendo em atenção as personagens a ela ligadas e o acesso que teriam ao espaço regrante.

Em primeiro lugar, iremos apresentar e contextualizar a fonte escolhida, bem como o seu autor e respetiva relação com o Mosteiro. De facto, o Livro de Notas de Afonso Guterres permanece pouco estudado, assim como a História deste Mosteiro entre os séculos XIV e XVI. Se os Livros de Notas faziam parte do rol de instrumentos de trabalho do tabelião medieval, este tem a particularidade de se limitar à anotação dos instrumentos feitos para S. Vicente, de qual exceção não conhecemos outro exemplo. Deste modo, é uma fonte rica para o estudo dos mais diversos aspetos da vida do Mosteiro de S. Vicente de Fora. O limite temporal proposto prende-se precisamente com a cronologia da nossa fonte.

Em segundo lugar, para compreender a dimensão espacial do Mosteiro em análise, serão recolhidas as referências espaciais dos documentos notados, procurando fazer a ligação

desses espaços com as tipologias documentais em questão, bem como os momentos da vida regrante em que são realizados. Neste sentido, procuraremos ainda registar os indivíduos em cuja presença estes atos se fizeram notar. Por isso, à inventariação dos documentos lavrados e dos lugares referidos, adicionamos o método prosopográfico.

Além dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, uma outra forma de vida religiosa passível de abordagem será a das Sorores de São Vicente, cujo estudo é igualmente bastante incipiente, registando-se apenas uma primeira abordagem ao assunto por Isabel Branquinho.

Finalmente, pretendemos retirar algumas conclusões sobre o espaço físico do mosteiro, salientando as questões em aberto que permanecem sobre a sua disposição arquitetónica.

Em síntese, esta proposta procura aprofundar o estudo de uma instituição ainda pouco abordada na historiografia (e sobretudo no período proposto), apesar do peso que mantinha na sociedade medieval lisboeta. Partindo de uma fonte praticamente inexplorada, procuramos iluminar alguns aspetos sobre o funcionamento desta comunidade religiosa, a sua interpretação cultural dos espaços e a sua relação com a cidade. Para além disso, esperamos contribuir para a História da própria cidade de Lisboa e os seus termos, a ocupação e organização física e social dos seus espaços.

Notas biográficas:

Joana Lages Gonçalves (IEM – FCSH): Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL-FCSH) e estudante do mestrado de História Medieval na mesma instituição. É membro integrado do Instituto de Estudos Medievais da UNL-FCSH.

Miguel Augusto Luís (IEM – FCSH): Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL-FCSH) e estudante do mestrado de História Medieval na mesma instituição. É membro integrado do Instituto de Estudos Medievais da UNL-FCSH.

ARAÚJO, Inês Meira Araújo (Castelo de São Jorge – Lisboa Cultura; CH –ULisboa) – *O adro da Igreja de Santa Cruz do Castelo: propriedades do seu espaço circundante e suas alterações (1492-1512)*.

Resumo: Nas últimas décadas, a historiografia tem desenvolvido um esforço continuado e crescente para aprofundar o conhecimento acerca do espaço da Lisboa medieval, dando seguimento a trabalhos antigos desenvolvidos por olissipógrafos e historiadores dos séculos XIX e XX, cujos contributos, embora valiosos, nem sempre foram convenientemente revistos ou questionados.

Com efeito, D. Isabel de Sousa é uma personagem identificada e mencionada por historiadores clássicos, como Júlio de Castilho (1936) ou Manuel Ferreira de Andrade (1956), e em trabalhos mais recentes, como os de Fernando Martins (1996); mas o seu percurso é um dos que importa continuar a aprofundar e conhecer. D. Isabel de Sousa (1447-1518), “fidalga, prudente assaz, e de muy honesta vida” (Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. XLV), era filha de Rui Gomes da Silva e Branca de Almeida, donzela e secretária

da duquesa D. Beatriz de Portugal, e, mais tarde, aia e camareira-mor de D. Isabel de Castela, futura rainha consorte de D. Manuel I. Durante a sua vida, foi acumulando diversos bens de raiz, enquanto ia juntando tenças, privilégios e doações.

Dando seguimento aos trabalhos existentes, pretende-se coligir as referências a aquisições e aforamentos que D. Isabel de Sousa empreendeu na área da alcáçova de Lisboa, quando decidiu instalar-se nas suas propriedades, junto à Igreja de Santa Cruz do Castelo, em finais do século XV. Para isso, será revisitado o cartulário da capela de D. Isabel de Sousa, designado como Livro 1 do acervo documental relativo à Colegiada de Santa Cruz do Castelo, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, entretanto transcrito (Martins, 1996). Este cartulário é constituído por 103 fólios, incluindo as determinações da capela, cópias de documentos sobre compras, autos de posse, aforamentos, escambos e procurações, propriedades e rendas, alvarás régios e breves papais.

Mais do que reconhecer os atos de beneficência que desenvolveu junto da Igreja de Santa do Castelo e dos seus fiéis, identificar as obras profundas que realizou neste templo, ou assinalar a instituição da sua própria capela, pretende-se compreender a faceta de D. Isabel de Sousa como proprietária, arrendatária e negociadora astuta, e não apenas como uma senhora da alta nobreza, próxima dos meios cortesãos, abastada e devota.

Além do mais, com base na documentação coligida sobre as propriedades de D. Isabel, entretanto complementada por plantas antigas, mapas conjeturais recentes de Lisboa e outros documentos avulsos, é possível melhor identificar alguns dos arruamentos da alcáçova, delimitar a forma hipotética das casas aí construídas e conhecer com maior pormenor o espaço circundante da Igreja de Santa Cruz do Castelo.

Nota biográfica: **Inês Meira Araújo** é licenciada em História da Arte (2009) e mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro (2013), ambos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Actualmente é doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist), e faz parte da equipa de Património Cultural do Castelo de São Jorge - EGEAC. É investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) no grupo de investigação História Militar. Os seus interesses de investigação têm-se focado sobre a arte dos finais da Idade Média e Renascimento, as representações da guerra e a iconografia. Nos últimos anos, tem desenvolvido trabalhos na área da história da Lisboa medieval. Tem apresentado diversas conferências em eventos científicos nacionais e internacionais, e tem publicado vários artigos em revistas e livros colectivos. É membro fundador da Associação Ibérica de História Militar (séculos IV-XVI), e faz parte da Sociedade Portuguesa de História Medieval (SPEM) e dos Amigos dos Castelos.

15h – Sessão 4 – Fontes e Materialidades.

BARGÃO, André (CHAM – NOVA FCSH); BRANCO, Jorge (NOVA FCSH); FERREIRA, Sara da Cruz (CHAM – NOVA FCSH; OLIVEIRA, Filipe Santos (CHAM – NOVA FCSH); SILVA, Rodrigo Banha da (CHAM – NOVA FCSH; CAL-CML) – *Lisbon red clay white painted pottery fabric from late Middle Ages: The Muslim Community and Mudejarism.*

Resumo: The first occasion Lisbon red clay white painted coarse ware ceramic production was individualized as a group (Prudêncio et al., 2009) was by the hand of Alexandra Gaspar and Ana Gomes (2009, 2012a, 2012b), followed by Rui Gomes Coelho (2012), in a poster presented at Silves Xth CICM2, and Marco Liberato (2012), which approached it in a greater depth, studying Santarém set.

Having been attributed a wide diffusion all over Portugal, the limited number of vessels was dated 15th and 16th centuries. Liberato regarded it as the final stage of a long tradition of Medieval Islamic painted wares, stressing its dissimilarities towards previous ones, and relating it with Peninsular Levantine ceramic productions as a model.

The authors present the study of several unpublished sets from Lisbon, expanding knowledge on types and decoration grammar in use, and proposing a more precise chronology based on contextual stratigraphic data.

The choices on morphology, the highly specific production of one vessel-type and the now reinterpreted evidently Islamic characteristics of decoration themes, denounce the very sociocultural specific framework of producers and users, the Muslim community of Lisbon.

Notas biográficas:

André Bargão é Licenciado (2013) e Mestre em Arqueologia (2015), com dissertação na área da Arqueologia Moderna, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH). Desenvolve Doutoramento em História, especialização em Arqueologia na mesma instituição, com financiamento/bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com o título «*Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa: Arqueologia e Arquitetura de um espaço assistencial de Época Moderna (séculos XV-XVIII)*» (SFRH/BD/133757/2017). É Investigador Integrado não doutorado do CHAM-Centro de Humanidades, NOVA-FCSH, desde 2015, integrando o grupo de investigação Arqueologia de Paisagens. Desde 2013 colabora em projetos de investigação e de Arqueologia em território nacional, quer no estrangeiro (Espanha, Marrocos, Cabo Verde, Palestina). Simultaneamente desenvolve estudos de contextos arqueológicos e cultura material de Época Medieval e Moderna (séculos XIV a XVIII).

Jorge Branco é licenciado (2020) em Arqueologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Encontra-se a terminar o Mestrado em Arqueologia, com a dissertação: “Espaços Domésticos e Mundo Objetual nos Subúrbios de al-Ushbuna: As Unidades Habitacionais 1 e 6 do Bairro Islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. O seu percurso académico tem-se focado no estudo da cultura material de Época Medieval Islâmica, maioritariamente em contextos urbanos. Colabora também em projetos no âmbito da arqueologia empresarial.

Sara Ferreira é Licenciada (2012) e Mestre em Arqueologia (2015), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-CSH). Na actualidade é aluna do curso de Doutoramento em História, especialização em Arqueologia na mesma instituição, com o projecto intitulado «*Negócio da China*»: comércio e consumo de porcelana oriental em Lisboa (séculos XVIXVIII), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), (SFRH/BD/137142/2018). É Investigadora Integrada não doutorada do CHAM-Centro de Humanidades, NOVA-FCSH, desde 2015, integrando o grupo de investigação Arqueologia de Paisagens. No decorrer do seu percurso académico tem-se centrado no estudo da cultura material de Época Moderna. Tem ainda vindo a participar em diversas escavações arqueológicas, com diferentes estratigrafias e cronologias.

Filipe Santos Oliveira, Licenciado (2009) e Mestre em Arqueologia (2012), com dissertação na área de Arqueologia Moderna, pela NOVA-FCSH. Está a desenvolver o doutoramento em Arqueologia, especialização em Arqueologia das Paisagens, na mesma instituição, com financiamento/bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com o título «*Convento de São Domingos de Lisboa: arqueologia das vivências e arquiteturas de um espaço monástico-conventual (Séculos XIII-XVIII)*» (SFRH/BD/04915/2023). É Investigador Integrado não Doutorado no CHAM-Centro de Humanidades, NOVA-FCSH, desde 2015, membro do grupo de investigação Arqueologia das Paisagens. Focado na arqueologia do setor privado desde 2009, colaborou com vários projetos e empresas, tendo trabalhado na ERA Arqueologia desde 2014 como arqueólogo de campo/diretor de projetos em sítios como o Convento de São Domingos de Lisboa.

Rodrigo Banha da Silva - Licenciado em História pela NOVA/FCSH. Pós-graduado em Arquitectura e Urbanismo Romano pela Universidade Lusíada. Mestre em Arqueologia, Especialidade de Arqueologia Urbana, pela Universidade do Minho. Doutorado em História, Especialidade de Arqueologia pela NOVA/FCSH. Arqueólogo da Cidade de Lisboa de 1990 ao presente. Curador de coleções no CAL-Centro de Arqueologia de Lisboa/DPC/DMC/CML. Docente Convidado no Departamento de História da NOVA/FCSH desde 2004.

LOPES, Filipa (IEM – NOVA FCSH; CHAM-NOVA FCSH) - *Entre pergaminhos e papéis, inventariar para melhor gerir a Casa: um estudo comparativo de catálogos do arquivo dos Britos Nogueira.*

Resumo: Uma cidade é moldada pelos seus habitantes. Na Lisboa medieval, os grupos de poder que aí residiram desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da urbe e das suas instituições. Esses grupos organizaram-se e procuram manter o seu estatuto ou conquistar ainda mais poder no espaço citadino e/ou em territórios limítrofes. No suporte a esse poder e aspirações estiveram os documentos e os arquivos, repositórios de provas, mas também da memória e identidade desses grupos.

A partir dos séculos XIV e XV, membros dos grupos parentais que ficaram conhecidos como Britos e Nogueiras desempenharam papéis essenciais nas dinâmicas desta urbe, nomeadamente na oligarquia camarária, na hierarquia eclesiástica, na ligação a espaços e a outras instituições lisboetas como a igreja e a Colegiada de São Lourenço e, já no século XVI, o mosteiro de Nossa Senhora da Rosa. A união destes dois grupos, no século XV, propiciou a concentração em Mem de Brito e nos seus descendentes de vários vínculos familiares fundados a partir dos finais do século XIII, e, conseqüentemente, à junção de documentação

proveniente dos arquivos organizacionais dos Britos e dos Nogueiras. Mais tarde, no século XVI, a aliança entre um Brito Nogueira e a filha do 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira, resultou na reunião, na mesma Casa, dos arquivos dos Britos Nogueira e dos Limas, viscondes de Vila Nova de Cerveira.

Alguns destes arquivos organizacionais foram alvo de uma análise interdisciplinar no âmbito do doutoramento da proponente, seguindo a abordagem em Arquivística Histórica. Esta comunicação concentrar-se-á apenas no arquivo organizacional dos Britos Nogueira, abrangendo os séculos XV e XVI. O objetivo é aprofundar e divulgar o conhecimento das práticas arquivísticas deste grupo e, em especial, das catalogações que patrocinou. Assim, proceder-se-á à análise, contextualização e comparação de dois catálogos, elaborados entre os finais do período medieval e os alvares da modernidade. Estes instrumentos arquivísticos sumarizam documentação que foi mantida no arquivo conservado em Lisboa por gerações de Britos Nogueira. Um deles tem sido designado como *Catálogo do Cartório da Casa*; o outro recebeu o título de *Tombo em que se contem todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja*.

Colocando o foco nos processos de inventariação e catalogação, compreenderemos melhor como essas práticas procuraram proteger as provas documentais e como contribuíram para a formação e a consolidação da memória e da identidade deste grupo. Da mesma forma, poderemos avaliar diversos aspetos da administração da Casa que estas gerações de Britos Nogueira, que habitaram a cidade de Lisboa, construíram.

A apresentação dividir-se-á em cinco partes. Uma primeira parte será de contextualização do grupo familiar e da origem do seu arquivo organizacional. Uma segunda será dedicada à análise do *Catálogo* e uma terceira ao exame do *Tombo*. Numa quarta parte, realizar-se-á o estudo comparativo para averiguar se o primeiro catálogo poderá ter sido um trabalho preparatório do segundo e para explorar a hipótese de o segundo ter começado a ser elaborado numa cronologia anterior àquela que foi apontada em estudos precedentes. Por fim, concluiremos com uma reflexão sobre a relação entre estas duas empresas e o processo de construção e de gestão do património, da memória e da identidade dos Britos Nogueira.

Nota biográfica: Filipa Lopes é investigadora integrada do IEM – FCSH NOVA e colaboradora do CHAM – FCSH NOVA. Doutorou-se em História, com especialização em Arquivística Histórica, pela Universidade NOVA de Lisboa e pela École nationale des chartes, em 2023, com uma tese dedicada à Casa e ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. É licenciada em História e mestre em História Medieval e do Renascimento pela Universidade do Porto. Realizou estadias de investigação na École nationale des chartes (2017-2018, 2019, 2020, 2021) e na Universidade da Califórnia-Riverside (2020) com apoios da FCT, do Programa Pessoa e da Comissão Fulbright.

A sua investigação tem-se focado na história de práticas arquivísticas pré-modernas, de casas aristocráticas e de instituições eclesiásticas medievais. Tem publicado, nos últimos anos, textos em português, francês e inglês, muitos deles em obras com revisão por pares, que se dedicam ao estudo de cartulários, inventários de arquivo e arquivos familiares pré-modernos. Para além de ter participado em projetos de investigação nacionais e internacionais, Filipa Lopes trabalhou igualmente como arquivista no Arquivo Histórico do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (Braga) e no Arquivo de História Social (ICS, Universidade de Lisboa). Também já foi docente convidada na NOVA FCSH (2021-2022) e no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (2010-2013).

TIBÚRCIO, Catarina (NOVA ID FCT) – Lisboa nos livros dos príncipes de Avis (1400-1480).

Resumo: Na primeira metade do século XV, em Portugal, os príncipes daquela que ficou conhecida como a *Ínclita Geração*, mas creio que, sobretudo, o Infante herdeiro do trono, D. Duarte, e o seu irmão, Infante D. Pedro, foram homens de mente ávida pela compreensão do mundo que os rodeava. Por conseguinte, foram homens curiosos, estudiosos e críticos, a partir de uma das mais altas esferas da realidade medievla que habitaram. Esta propensão para a busca incessante de saber, para o seu constante questionamento e desenvolvimento, provinha do âmago de duas almas elevadas, que elevadas foram porque elevadas eram nas suas fundações, o que tornou mais elevados ainda os seus propósitos e o ser que projetavam no futuro. Dentro deste ciclo benfazejo da *virtuosa benfeitoria* – o bem é, tal com Deus, o princípio e o fim de todas as coisas – quiseram fixar na página escrita e no tempo, muitos dos processos evolutivos aos quais se sujeitaram, num espírito de partilha generosa e doutrina estratégica, próprio de quem não esperava menos da humanidade do que aquilo que exigia de si mesmo. A tal *Virtuosa Benfeitoria* ou o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, foi, com efeito, um dos textos compostos por estes príncipes, em particular, parcialmente redigido pelo Infante D. Pedro e é, portanto, aqui trazido a análise. O outro é o *Leal Conselheiro*, da autoria do Infante e Rei, D. Duarte. O livro de anotações que D. Duarte sempre trazia consigo, e que terá catapultado a criação do *Leal Conselheiro*, ficou conhecido por *Livro dos Conselhos d’El Rei D. Duarte*. E como filho de peixe sabe nadar, segundo nos conta o adágio popular, outra das grandes almas nobres e cultas do seu tempo, foi o Condestável D. Pedro, filho primogénito do Infante D. Pedro e sobrinho de D. Duarte. Entre outras obras literárias de sua lavra, existe aquela que é hoje apelidada de Crónica Condestabariana, da Crónica Geral de Espanha de 1344. Não é, nada mais, nada menos, do que a refundição e prolongamento da história dos reis de Portugal, que foram realizados sobre o texto primitivo da referida Crónica de 1344. Ambos os exercícios retóricos terão sido operados pelo próprio Condestável e/ou sob sua supervisão.

Conquanto me interessem sobremaneira as questões morais, religiosas, filosóficas, políticas e ideológicas problematizadas nestes textos, e tão estudadas por uma extensa plêiade de teóricos, na apresentação que trago a este congresso olharei para os campos narratológicos onde elas são explanadas, mas de outra perspetiva: a partir das referências a Lisboa. Em todos eles, e porque os seus criadores/encomendantes eram frequentadores assíduos do Paço real, que se localizava em Lisboa, esta cidade é, pelas mais diversas razões, várias vezes nomeada. É da verificação das aparições, e da análise interpretativa das razões, de que trata a presente comunicação. Debaterei, então, o(s) modo(s) como as menções à cidade de Lisboa se relacionam com os conteúdos textuais, como se conectam com os objetivos instrutivos que estavam por detrás dos assuntos abordados e em que medida estabelecem ligação entre o contexto histórico e a narrativa. Conto assim trazer algumas visões de Lisboa do século XV pelos olhos e pela pena dos primeiros senhores da dinastia de Avis.

Nota biográfica: Catarina Martins Tibúrcio é Técnica de Conservação e Restauro de Pintura Mural, Historiadora da Arte Medieval, Codicóloga e Paleógrafa. Durante o percurso académico de mestrado e doutoramento especializou-se no estudo interdisciplinar de códices medievais iluminados. Atualmente é investigadora Pós-doc no projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: “Livros, rituais e espaço num Mosteiro Cisterciense Feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XII a XVI”, onde estuda o fundo da Biblioteca do Mosteiro de Lorvão, do ponto de vista da Codicologia, da História da Arte e da Conservação e Restauro. É também professora convidada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade do Algarve.

17h00 – Sessão 5 – Devoções.

PICOITO, Pedro (IEM – NOVA FCSH) – *Santos da casa. Hagionímia paroquial e organização social do espaço em Lisboa (1147-1220).*

Resumo: Entre a conquista de 1147 e as inquirições de 1220, a documentação atesta vinte e três paróquias em Lisboa, dentro e fora de muros. A cronologia do aparecimento desta rede paroquial tem sido analisada por vários autores, de Augusto Vieira da Silva a Mário Farello e Manuel Fialho da Silva. Mesmo que não se relacione directamente o elevado número de paróquias com um eventual crescimento demográfico, é provável que se tenham dado no pós-1147 profundas mudanças na população lisboeta, sobretudo (mas não só) na alcáçova e na medina, áreas onde as elites muçulmanas terão sido substituídas por colonos cristãos vindos do norte ibérico e de além-Pirenéus. A presente comunicação propõe identificar as diferentes comunidades cristãs que se instalam ou permanecem depois da conquista (anglonormandos, portugueses, moçárabes...), assim como os poderes civis e eclesiásticos que as enquadram, a partir dos hagiónimos das igrejas paroquiais. Uma proposta que José Luís de Matos já esboçou, mas que hoje, com os dados disponíveis, é possível levar mais longe.

Nota biográfica: Nascido em Lisboa em 1971. Licenciado em História, Mestre em Literaturas Medievais Comparadas e Mestre em Ensino da História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. Professor do ensino secundário.

NORTE, Armando (FLUL - CH-ULisboa); TEIXEIRA, Rodrigo (FLUL) – *Lisboa, cidade de prodígios. A cura de enfermidades pelo mártir S. Vicente, nas palavras de mestre Estêvão, chantre da diocese.*

Resumo: O estudo proposto pretende analisar as curas miraculosas operadas postumamente pelo mártir S. Vicente, patrono da cidade de Lisboa, envolvendo cegueiras, mudez, paralisias e fraturas ósseas. O catálogo de milagres, datável dos finais do século XII, é um apêndice tardio ao chamado *Legendário Alcobacense*, presentemente à guarda da Biblioteca Nacional (BNP, Alc.420-425). Apesar da presença do texto entre o acervo bibliográfico dos cistercienses, a historiografia é unânime na atribuição da sua produção material ao *scriptorium* da sé de Lisboa, com base em críticas internas e externas ao documento. Para o argumento concorre a reivindicação da autoria do relato por Mestre Estêvão, autointitulado chantre da catedral lisboeta, em simultâneo, autor, narrador e, até, ator dos acontecimentos, que invariavelmente têm como pano de fundo a cidade de Lisboa, com frequência a sua catedral ou lugares sob jurisdição diocesana.

A análise pretendida assentará em dois eixos. Um dos olhares incidirá sobre os conteúdos do relato, na ótica das curas miraculosas, incluindo identificação das maleitas, caracterização dos enfermos, formas das curas e móbeis das intercessões. Numa segunda direção, atender-se-á aos lugares dos prodígios, no pressuposto de que essas localizações não são inocentes, antes configuram discursos ideológicos, organizados em torno de dois argumentos: a afirmação externa de Lisboa no contexto do reino, fomentando um importante culto devocional na cidade, assente na tradição hagiográfica do mártir hispânico e no acolhimento

das suas relíquias; e uma disputa interna entre as maiores instituições eclesiásticas lisboetas, ambas reclamando a legitimidade sacral do culto vicentino – com a sé de Lisboa a opor a posse das relíquias do mártir às pretensões dos cónegos regrantes que haviam dedicado o seu mosteiro ao santo hispânico.

Notas biográficas:

Armando Norte é licenciado e doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre letrados e cultura letrada. É investigador auxiliar do Centro de História da Universidade de Lisboa e, nos últimos anos, foi investigador-convidado nas universidades de Bolonha e Towson. É autor de várias publicações, destacando-se «Os intelectuais em Portugal na Idade Média», premiado pela Academia Portuguesa de História, e uma biografia do Papa João XXI, traduzida para italiano. Colaborou em vários projetos de investigação financiados, sendo presentemente IR dos projetos BODY&SOUL, acerca das representações medievais do corpo e da alma, e CRYPTO-BOOKS, relativo às bibliotecas régias portuguesas da baixa Idade Média. É ainda professor convidado da FLUL, onde orienta vários mestrados e doutoramentos. Os seus interesses de investigação, no quadro da história da cultura, incidem na história do livro, na história das universidades e, mais recentemente, na história do imaginário.

Rodrigo Teixeira é recém-licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, candidato a um mestrado em história medieval na mesma instituição. Tem como principais interesses a história política e cultural, dando especial atenção à história das representações, temas no âmbito dos quais desenvolverá a sua futura investigação.

SOUZA, Maria Beatriz de Mello e (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - Lisboa, suas Rainhas e sua Mater misericordiæ.

Resumo: Este estudo enfoca um livro de orações de D. Leonor de Avis, Rainha de Portugal (1458-1525). A primeira iluminura deste manuscrito retrata D. Leonor ajoelhada diante da Virgem Maria com o Menino Jesus (Pierpont Morgan Library, “Breviário Franciscano”, Manuscrito M.52, Fol. 001v). Este Breviário ainda não foi objeto de estudo aprofundado e recente, apesar de seu valor histórico e artístico. Minha pesquisa avalia três vertentes que expressam a atuação de D. Leonor no tempo e no espaço de Lisboa medieval, moldando novas práticas individuais, coletivas e institucionais.

Em primeiro lugar, destaco o tempo ritual de Lisboa, com festas litúrgicas específicas, além dos ofícios universais centrados na Virgem, na Trindade e na morte. Traço comparações com outros Livros de Horas preservados em Lisboa que tornaram-se objetos de pesquisas: o de D. Leonor (BN de Portugal) e o de Dom Manuel I (MNAA). No fim do século XV, as horas canônicas e litúrgicas ainda têm destaque maior do que o tempo astral e, nas cidades, os sinos são mais presentes do que os relógios mecânicos.

Em segundo lugar, enfoco o mecenato régio e imperial direcionado a pintores atuando nos Países Baixos. Bruges passou a ocupar o papel de centro produtor de livros que coube a Paris antes da Guerra de cem anos. As oficinas flamengas atingem um patamar extraordinário na criação de iluminuras - uma nova fase desde os primórdios do “Gótico Internacional de Corte” - com sofisticação e criatividade de pintores tais como o Mestre do Livro de Horas de Maria de Borgonha. As iluminuras revelam o valor de livros na devoção

de mulheres - em particular, a Imperatriz Maria de Borgonha - à Virgem Maria (O. Pacht e J.C. Schmitt). O “Breviário Franciscano”, por sua vez, foi criado em Bruges, por volta de 1500-1510, e apresenta semelhanças com a obra do Mestre do antigo Livro de orações de Maximiliano I, ativo em 1480-1515 (BN da Áustria). Este Imperador, casado com Maria de Borgonha, era, por sua vez, filho de Leonor de Portugal (1434-1467). Procuramos avaliar as especificidades do livro e da sepultura de Leonor de Avis vis-à-vis outras soberanas da época.

Em terceiro lugar, a devoção mariana de D. Leonor merece atenção dentro de uma expressão franciscana da maior importância nas cortes ibéricas do período. O coração de um Livro de Horas é o ofício da Virgem Maria, bem como o altar mor de uma catedral é o seu centro (R. Wieck, *Time Sanctified*). E o coração de uma cidade é a catedral que, em Lisboa, é dedicada a “Santa Maria”, Rainha celeste, “Mãe de Misericórdia”.

Portugal preserva inovações de D. Leonor como a *Santa Casa da Misericórdia*, que valoriza atos de caridade urbana de forma institucional, assim como seus hospitais. Enquanto sua piedade marca o *tempo* dos sinos e do manuseio dos manuscritos, as fundações de D. Leonor ocupam *espaços* físicos de longa duração em Lisboa e em domínios ultramarinos, tecendo novas relações sociais entre grupos carentes e a corte.

D. Leonor, que mandou ser sepultada no Convento da Madre de Deus, ocupado por Clarissas Descalças, tornou-se uma figura de destaque na paisagem católica de Lisboa. A mesma rainha que se ajoelha diante da Virgem na iluminura inicial do manuscrito foi sepultada no Convento dedicado à *Theotokos*. É um gesto que repete e confirma em Lisboa a visão pintada em Flandres, sugerindo ainda o impacto da recitação diária do Ofício da Morte nas escolhas da Rainha.

Nota biográfica: Maria Beatriz de Mello e Souza é Professora Associada no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Doutora em História da Arte pela Université de Paris-Panthéon Sorbonne (Paris I) e Bacharel em História da Arte graduada em Bates College (USA). Suas publicações sobre iconografia cristã enfocam o culto de esculturas e a circulação de imagens no Império Português do século XV ao XVIII, com ênfase na história das imagens da Virgem Maria. Atualmente coordena um grupo de pesquisadores no projeto “Arte e Devoção: Quatro Séculos de História do Livro Ilustrado.” Este projeto enfoca o estudo de manuscritos com iluminuras, estampas e gravuras em incunáveis e outros livros na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Muitos destes livros ilustrados são provenientes da Real Biblioteca Portuguesa.

FREITAS, Edmar Checon de (Universidade Federal Fluminense) - *Nossa Senhora da Penha em Lisboa: ecos medievais na transferência de culto entre Castela, Portugal e Brasil.*

Resumo: A memória de uma cidade e de seu povo tem entre seus vetores constitutivos a dimensão simbólica associada a lugares especialmente significativos. No contexto cristão figuram como especiais “lugares de memória”, para usar a expressão consagrada por Pierre Nora, os santuários dedicados ao culto dos santos em geral e, de modo particular, à veneração da Virgem Maria. Narrativas de lendas fundacionais, coletâneas de relatos de milagres, produção de imagens e a própria arquitetura dos edifícios de culto tornam-se pontos de ancoragem da experiência devocional de homens e mulheres em tempos e lugares diversos. Ao longo da Idade Média, centros de peregrinação se constituíram em torno de

santuários dedicados a devoções marianas, como Rocamadour, na França, Montserrat, na Catalunha e Guadalupe, na Estremadura.

Portugal não fugiu a essa regra. Nas cidades e campos do reino português multiplicaram-se as igrejas, conventos e oratórios dedicados à Virgem Maria, sob suas várias invocações. O mesmo se aplicou de modo particular a Lisboa, com santuários marianos distribuídos à fartura no território da cidade.

Em fins do século XVI, no crepúsculo dos tempos tradicionalmente associados à Idade Média, transplantou-se para Lisboa a devoção castelhana a Nossa Senhora da Penha de França, cuja imagem se venerava no santuário de mesmo nome, nas proximidades de Salamanca. Tratava-se de uma devoção cujas origens remontavam a meados do século XV, um dentre os vários casos de cultos que se organizaram em torno da descoberta supostamente miraculosa de imagens há muito escondidas. A *Historia y milagros de Nuestra Señora de la Peña de Francia*, texto produzido pelos frades dominicanos que respondiam pelo santuário hispânico, com várias edições a partir de 1544, registra o afluxo de peregrinos que se dirigiam à Penha de França, boa parte deles constituída de portugueses.

Em Lisboa o culto iniciou-se em torno de uma imagem que evocava a mesma titulação daquela venerada em Castela, mas num contexto narrativo diverso. O relato da transposição desse culto para Lisboa, objeto deste estudo, figura no tomo I do *Santuário Mariano* (1723), do Frei Agostinho de Santa Maria, ele próprio integrante da Ordem Agostiniana, a qual detinha o controle do santuário. Tal relato nos coloca em contato com a adaptação ao contexto lisboeta da carga simbólica associada à Virgem da Penha. O novo santuário veio a se incorporar ao universo religioso da cidade, introduzindo novos usos litúrgicos e conferindo um novo estatuto devocional à região em que foi edificado. De modo particular cabe salientar a progressiva transformação de um culto de montanha em uma devoção marítima, com a Virgem da Penha de França de Lisboa tornando-se protetora dos navegantes.

Finalmente pretende-se aqui também apontar o potencial irradiador do culto lisboeta, mediante uma segunda transposição de culto, dessa vez de Lisboa à América Portuguesa, com a eificação de santuários sob a invocação de Nossa Senhora da Penha no Brasil (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo).

Nota biográfica: Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestre em História pela mesma universidade (2000) e bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (1996). Membro colaborador do IEM - Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador visitante junto ao GAHOM (Groupe d'Anthropologie Historique de l'Occident Médiéval), na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS-Paris (Pós-doutorado tipo Estágio Sênior - CAPES, 2014). Pesquisador do *Scriptorium* - Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos (UFF) e do *Agios* - Grupo de Estudos sobre Hagiografia e Santidade (UFF). Áreas de interesse: Cristianismo e cultura cristã na Idade Média; monaquismo cristão; culto dos santos e das relíquias na Idade Média; hagiografia medieval; narrativa e representação do passado na Idade Média; cura e medicina medieval.

25 DE SETEMBRO

10h – Sessão 6 – Regular.

FRANCISCO, Verónica dos Santos (IEM – NOVA FCSH) - *O diálogo entre D. João II e Lisboa sobre a saúde urbana: higiene e peste.*

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo analisar alguns aspetos do diálogo entre D. João II e Lisboa em matéria de saúde urbana, numa cronologia situada entre 1482 e 1495. Para o efeito, atenderei, maioritariamente, a alguma documentação do Arquivo Municipal de Lisboa, particularmente ao *Livro 1.º do Provimento da Saúde*, ao *Livro 1º de Provimento de Ofícios* e aos Livros 2º e 3º de D. João II, entre outras fontes pontuais que se possam revelar úteis para complementar a abordagem exposta.

É certo que existem já alguns contributos nesta área, os quais se reportam à adoção de medidas profiláticas em Lisboa de forma mais geral. Dada a extensão e riqueza da documentação apresentada, creio, porém, que seja possível continuar a aprofundar estas leituras, atentando, entre outras vertentes, na especial relação desenvolvida entre a Coroa e a cidade.

Proponho, assim, a divisão da comunicação em duas partes. Num primeiro momento, dedicado à higiene urbana, pretendo sondar a intervenção régia no que respeita à gestão do espaço, nomeadamente em aspetos como a remoção de monturos ou a instalação e limpeza dos canos. Considerarei, também, a ingerência do rei na fiscalização das atividades dos responsáveis pela limpeza da urbe, denotando a sua interferência na gestão concelhia. Finalmente, interessa-me compreender as formas de financiamento das despesas associadas aos encargos com a higiene urbana.

Numa segunda fase, incidirei sobre a intervenção régia em contexto de peste, situação que suscitava uma atuação mais rápida e incisiva da parte do monarca e das autoridades concelhias. Como tal, debruçar-me-ei sobre as medidas preventivas adotadas (mormente a proibição da entrada de embarcações oriundas de lugares “perigosos” ou de doentes na cidade), a par do estabelecimento de espaços próprios para os enfermos e da regulamentação da atuação dos físicos, entre outras esferas de intervenção proeminentes. Não descurarei, neste tópico, a perceção da peste como um desígnio divino, e a importância atribuída à manutenção da justiça na cidade nestas ocasiões.

Em suma, a proposta apresentada pretende perscrutar a extensão da intervenção do monarca nas matérias de higiene e de peste na cidade. Submetemo-la, porém, ao quadro mais lato do estreitamento das relações entre os monarcas e Lisboa, proximidade notória com D. João II. A conservação da saúde e, em última instância, da “honra” da cidade surgem então como pilares fundamentais de um programa arquitetado pela Coroa para o espaço urbano.

Nota biográfica: Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL-FCSH) e estudante do mestrado de História Medieval na mesma instituição. É membro integrado do Instituto de Estudos Medievais da UNL-FCSH.

PACHECO, Milton (FLUC; CHAM – NOVA FCSH) - *Os (es)Paços da Moeda com “rregra e ordenança”: o modelo organizativo da Casa da Moeda de Lisboa segundo as disposições normativas do Regimento de 1498.*

Resumo: Homologado em 23 de Março de 1498, o *Regimento* da Casa da Moeda de Lisboa serve hoje como um documento histórico primordial para o estudo de uma das casas da Moeda mais antigas estabelecidas em território português. Os múltiplos artigos constituintes do diploma regimentar em vigor ao longo de quase duas centúrias – entre os finais do século XV e o último quartel do século XVII –, permitem assim compreender o modelo de gestão administrativa, conhecer o modo de laboração interna e enumerar os meios humanos contratados requeridos para assegurar o funcionamento da principal infraestrutura oficial responsável pela cunhagem de moeda metálica posta a circular dentro e fora da principal cidade do Reino.

Complementarmente, o *Regimento* de 1498 possibilita ainda proceder, direta e indiretamente, à identificação, localização e descrição da maioria dos compartimentos oficiais existentes no edifício disponibilizado pela Coroa para o estabelecimento oficial da Casa da Moeda de Lisboa, face ao total aniquilamento dos espaços edificados onde a mesma esteve sedeada durante aquele período.

Com o presente estudo pretende-se dar continuidade à investigação centrada na organização físico-espacial do património edificado da Casa da Moeda de Lisboa a partir dos conteúdos fornecidos pelo texto regimentar quatrocentista, de modo a que seja possível avançar na identificação das dependências constituintes e confinantes, na análise das suas funcionalidades e acessibilidades e, sempre que possível, na enumeração dos equipamentos oficiais nelas depositados, das peças de mobiliário aos utensílios de execução. Ter-se-á ainda em conta o cotejo de outros diplomas homologados para a mesma Casa da Moeda de Lisboa, como os dos séculos XVII e XVIII, bem como os diplomas de outras casas, como o da Casa da Moeda do Porto, do século XIV, e o da Casa da Moeda de Goa, do século XVI, de modo a filtrar os dados que possibilitem verificar a convergência e/ou divergência dos arquétipos de organização espacial e de conceção funcional.

Nota biográfica: Obteve o grau de licenciatura em História, variante de História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o trabalho de investigação dedicado aos relicários da igreja do Colégio de Jesus de Coimbra (2003), e o grau de mestre em História da Arte, pela mesma faculdade, com a dissertação referente ao primitivo Paço Episcopal de Coimbra (2010), atual Museu Nacional de Machado de Castro. Presentemente prepara a tese de doutoramento em História da Arte, na mesma universidade, subordinada ao tema da arquitetura do Tribunal do Santo Ofício no Império Português, tendo beneficiado de uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Integra como investigador integrado o CHAM – Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores, como assistente de investigação o Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra e como membro associado a Sociedade Portuguesa de Estudos de História da Construção.

No decurso dos trabalhos de investigação científica associados à sua pesquisa académica e desenvolvidos no âmbito das instituições e centros de investigação a que pertence apresentou comunicações e conferências, com os respetivos textos publicados em artigos, em capítulos de livros e em entradas de catálogos de exposições, em vários países,

nomeadamente em Portugal, Alemanha, Áustria, Brasil, Bélgica, Escócia, Espanha, França, Grécia, Inglaterra, Itália e Suécia.

DIAS, Paulo M. (IEM – NOVA FCSH); OLIVEIRA, António (CHSC - FLUC) - *Do Armazém à Casa da Armaria: o Arsenal Régio de Lisboa nos séculos XV e XVI.*

Resumo: A construção de um império é um processo multifacetado, mas assente num pressuposto inescapável: a força bélica dos seus construtores. Como tal, um dos requisitos mais básicos à expansão de um povo é a capacidade logística de recolher e enviar armas para onde elas são necessárias. A formação do império português durante o século XV e no início do século XVI exigiu uma vasta rede de arsenais, espalhados por três continentes diferentes, para garantir a viabilidade do projecto. De todos estes diferentes pólos de armazenamento, o maior e mais importante foi sem dúvida a Casa da Armaria, reformada pelo rei D. Manuel I (r. 1495-1521), que se transformou numa das mais impressionantes colecções de armas e armaduras da Europa da época. O objectivo dos autores é dar a conhecer esta instituição — tanto quanto as fontes o permitem — desde as suas origens no “almazém” real fernandino ou joanino, passando pela sua deslocação afonsina para a frente ribeirinha, até à sua reconstrução e reorganização durante o reinado de D. Manuel. Explorar-se-á de forma breve a sua organização e dinâmicas internas, as suas estruturas e disposições, e a forma como se coordenava com outras instituições manuelinas com quem partilhava não só espaço ou espaços, mas também uma série de incumbências logísticas – criando uma teia delicada de questões ainda em aberto. Muito deste material provém, não só da documentação régia manuelina, mas mais particularmente de um livro inédito de contabilidade do arsenal, actualmente à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, volume este que nos permite traçar não só um quadro do seu funcionamento interno, mas também do material bélico ali armazenado ou que por ali passou nos primeiros anos do século XVI.

Notas biográficas:

Paulo M. Dias é licenciado em História (2013) e mestre em História Moderna e dos Descobrimentos (2015) pela NOVA FCSH. A sua dissertação de mestrado, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*, venceu *ex aequo* o Prémio Defesa Nacional (2016) atribuído pela Comissão Portuguesa de História Militar. É actualmente investigador integrado do IEM – Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, onde se encontra a desenvolver um projecto de Doutoramento em História Medieval, financiado pela FCT, e que se debruça sobre as operações militares levadas a cabo pela Coroa portuguesa em Marrocos, sensivelmente entre a conquista de Ceuta (1415) e o desastre de Mamora (1515). O interesse pela divulgação histórica junto do grande público levou à criação do podcast *Falando de História*, bem como à publicação de vários livros, com destaque para o mais recente: *Atualizar a História. Uma Nova Visão sobre o Passado de Portugal* (Desassossego, 2022).

António Oliveira é estudante de doutoramento em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com um projeto de tese intitulado “O Arnês em Portugal (1370-1495)”. Tem como principais interesses e temas de investigação são a hoplologia, a história militar medieval, os torneios cavaleirescos, a reconstituição histórica e as realidades materiais da vida quotidiana nos séculos XIV e XV, particularmente em Portugal e Castela. É membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de

Coimbra, membro da Associação Ibérica de História Militar e Presidente da Comissão de Armas Brancas (séculos XII a XVI) do Museu Militar de Lisboa, actuando como conselheiro científico da instituição. Tem trabalhos publicados em revistas científicas como *Arms and Armour*, *Medievalista* e *e-Strategica*, bem como capítulos em antologias nacionais internacionais.

12h – Conferência final.

FARELO, Mário (Lab2PT / InPAST - Univ. Minho) – A arte de criar um arcebispado em Lisboa: entre o Grande Cisma, a (re)organização eclesiástica e a afirmação da cidade.

Resumo: A criação do arcebispado de Lisboa, no final do século XIV, foi uma das questões discutidas entre a Igreja e a Coroa portuguesas e o Papado, no contexto do Grande Cisma do Ocidente (1378-1417).

Após uma breve caracterização desse período de crise, examinaremos o estabelecimento do arcebispado lisboeta enquanto um processo que ultrapassou a mera reorganização jurisdicional do tecido eclesiástico do reino, envolvendo também importantes questões políticas e económicas.

Nota biográfica: Professor auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Membro integrado no Lab2PT e membro colaborador do Instituto de Estudos Medievais e do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Mestre pela Universidade de Montréal (1999); mestre e doutor em História Medieval pela Universidade de Lisboa (2004; 2009). Antigo investigador sénior do projeto ERC *VINCULUM* (2019-2023) e sócio correspondente da Academia Portuguesa da História.

As suas áreas de especialização incidem sobre o oficialato periférico da Coroa, a história da Lisboa medieval e as relações beneficiais, diplomáticas e fiscais entre Portugal e o Papado na tardomedievalidade. Investiga igualmente a história eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal no período medieval, nomeadamente a Universidade de Lisboa-Coimbra e a *peregrinatio academica* portuguesa nos períodos medieval e renascentista.

Comissão organizadora

Catarina Tente

Isabel Barros Dias

João Luís Fontes

Luís Filipe Oliveira

Mário Farelo

Miguel Gomes Martins

Miguel Metelo de Seixas